

Banco CSF S.A.

Relatório Trimestral de Pilar III em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular nº. 3.678/13 do Banco Central do Brasil

Data base 30/06/2015

Aos Srs. Administradores do **Banco CSF S.A.**

Em atendimento a exigência de emissão trimestral de relatório conforme circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil, apresentamos a seguir o relatório trimestral de Gerenciamento de Riscos Pilar III com o parecer sobre o Gerenciamento de Riscos e Capital do Banco CSF S.A. Neste relatório apresentamos as ações relacionadas ao gerenciamento e manutenção do portfólio e mudanças estruturais ocorridas no período (data base 30/06/2015) de acordo com as diretrizes de Basiléia III. O Banco CSF S.A. será identificado neste relatório como “**Banco CSF S.A.**”.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETIVO
3. PERFIL CORPORATIVO
4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL
 - 5.1. RISCO DE LIQUIDEZ
 - 5.2. RISCO DE MERCADO
 - 5.3. RISCO DE CRÉDITO
 - 5.4. GESTÃO DE CAPITAL
 - 5.5. RISCO OPERACIONAL
 - 5.5.1. ESTRUTURA E GERENCIAMENTO
 - 5.5.2. GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS
6. METODOLOGIA PARA AVALIAR SUFICIÊNCIA DE CAPITAL
7. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)
8. RWA – ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO
9. ÍNDICES E LIMITES
10. RISCO DE CRÉDITO COM A CONTRAPARTE
11. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO
 - 11.1. CARTEIRA POR FAIXA DE RISCO DE INADIMPLÊNCIA
 - 11.2. VOLUME DAS 10 E 100 MAIORES EXPOSIÇÕES
 - 11.3. PRAZO A DECORRER DA CARTEIRA DE CREDITO
 - 11.4. SALDO DAS OPERAÇÕES EM ATRASO
 - 11.5. SALDO DAS OPERAÇÕES BAIXADAS PARA PREJUIZO
 - 11.6. PROVISÃO PARA PERDAS
12. EXPECTATIVAS ECONÔMICAS
13. CONCLUSÃO
14. ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

O Banco CSF S.A. acredita que o gerenciamento de riscos e de Capital é fundamental para conduzir um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos nossos acionistas.

Demonstrando total enquadramento às regulamentações locais divulgadas pelo regulador, o Banco Central do Brasil, e às recomendações internacionais de Basileia a presente instituição faz uso do relatório que atende ao Pilar III de Basileia instituído no Brasil pela Circular n.º 3.678 de 31/10/2013 para divulgar informações referentes ao gerenciamento de riscos e Capital, bem como à aplicação da metodologia da apuração dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR). Este relatório é utilizado pela instituição como um veículo de divulgação aos acionistas, clientes e às partes interessadas sobre informações a respeito das práticas para o gerenciamento e a mitigação dos riscos, apresentado de forma objetiva e transparente.

2. OBJETIVO

Este relatório atende a circular n.º 3.678 de 31/10/2013 do Banco Central do Brasil, e tem o objetivo de divulgar informações relativas ao Gerenciamento de Riscos e Capital da instituição, bem como a metodologia para a apuração do Patrimônio de Referência, e metodologia de cálculo para exposição aos riscos RWA – Ativos Ponderados pelo Risco.

As informações contidas nesse relatório estão disponíveis no site da instituição: <http://www.carrefoursolucoes.com.br/web/guest/governanca>, e serão atualizadas trimestralmente, nas datas base estabelecidas no normativo. Os relatórios ficarão à disposição do Banco Central do Brasil pelo período de 05 anos conforme disposto no normativo.

3. PERFIL CORPORATIVO

O Grupo Carrefour é pioneiro em varejo no Brasil. Inaugurou sua primeira loja no país em 1976 e desde então vem ganhando mercado de forma significativa. Em 1989, foi criado o cartão Carrefour com a proposta de oferecer opções de crédito e facilidade de pagamento. Hoje o grupo tem mais de 250 lojas e em torno de 72 mil colaboradores.

Em maio de 2007, a Administradora de Cartões de Crédito do Grupo Carrefour foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a atuar como instituição financeira, nascendo o Banco CSF S.A. (Carrefour Soluções Financeiras), com característica de Banco Múltiplo sem Carteira Comercial.

Com um portfólio de produtos financeiros desenvolvidos para atender e fidelizar os mais diversos perfis de clientes está em constante busca pela excelência e satisfação do nosso público. A instituição firmou parcerias com seguradoras, oferecendo seguros que se adequam às necessidades de nossos clientes. Também dispõe de serviços financeiros como o saque, pagamento de contas e parcelamento de faturas. Com o propósito de ampliar a utilização dos produtos financeiros por nossos clientes, expandir o portfólio e diversificar o risco, implantamos os cartões bandeirados estabelecendo parcerias com líderes de mercado como Mastercard e Visa, ofertando ainda cartão Private Label.

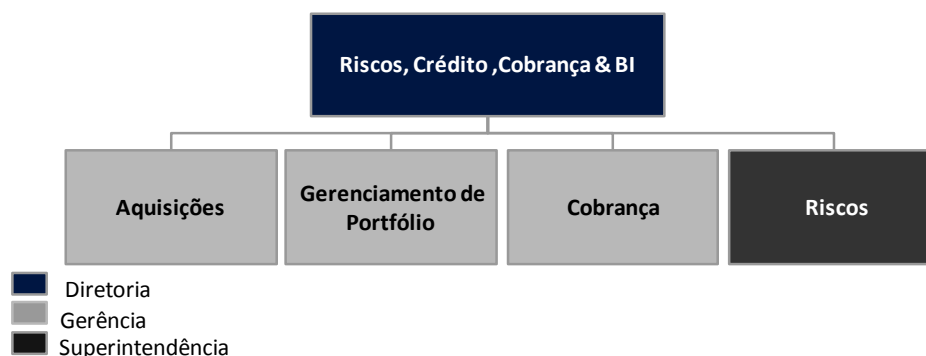
A instituição busca aumentar e fidelizar sua carteira de clientes, incentivando as vendas principalmente dentro das lojas do Grupo Carrefour, expandindo sua participação no mercado de cartão de crédito e proporcionando facilidades de pagamento, descontos e soluções em produtos e serviços financeiros. Para a instituição é imprescindível que suas estratégias estejam aderentes às boas práticas de mercado atendendo em todos os aspectos às normas instituídas.

4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O Banco CSF S.A. atua com uma estrutura segregada e independente das demais atividades do negócio para a atividade de gerenciamento de riscos e capital, buscando assegurar que os riscos incorridos sejam mitigados e administrados de acordo com os limites estabelecidos.

Com o objetivo de garantir uma atuação independente, na Diretoria de Riscos Crédito e Cobrança & BI está estruturada a Superintendência de Riscos, responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional e pela gestão do capital. O processo de gerenciamento de riscos consiste em identificar, mensurar, mitigar e acompanhar os riscos do Banco CSF, reportando-os à Alta Administração da instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas referentes ao gerenciamento de riscos é realizada pelo Conselho de Administração.

A estrutura de Gestão de Riscos e Capital do Banco CSF S.A. é evidenciada no organograma abaixo:



Com o intuito de prezar pela governança corporativa no gerenciamento dos riscos e capital, e facilitar a comunicação para a alta administração, o Banco CSF S.A. dispõe do Comitê de Ativos e Passivos, o ALCO – sigla em inglês de “*Assets and Liabilities Committee*” – e do Comitê de Compliance e Risco Operacional como fóruns para definir o capital mínimo requerido pela instituição e limites operacionais para os riscos e capital. No ALCO, os membros participantes são: Diretores Estatutários e membros de cargos gerenciais das seguintes áreas da instituição: Tesouraria, Contabilidade, Crédito, Planejamento Financeiro, Gestão de Riscos e Compliance.

No Comitê de Compliance e Risco Operacional participam: os Diretores Estatutários, Superintendentes, Auditoria Interna, a área de Risco Operacional e a área de Compliance. Neste Comitê são tomadas decisões relacionadas à cultura de governança corporativa e alinhadas às melhores práticas de prevenção aos riscos de acordo com as estratégias da instituição.

Todas as Políticas relacionadas a risco da instituição são aprovadas pelo Conselho de Administração que é constituído pelos membros nomeados do Grupo Carrefour e Itaú Unibanco, e se reúnem com uma periodicidade bimestral.

5. GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco CSF visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos nossos acionistas.

O processo de gerenciamento dos riscos e Capital é realizado através da definição de limites de exposição e apetite ao risco, do acompanhamento constante das posições assumidas, da elaboração e revisão de políticas divulgadas a todas as áreas de negócio do banco, e de controles específicos para o negócio, alinhados, aprovados e acompanhados periodicamente pelo ALCO e pelo Conselho de Administração. As políticas da instituição são atualizadas no mínimo anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Asseguramos, assim, o alinhamento com as normas regulatórias e a solvência da instituição através da antecipação de riscos, direcionando ativamente a organização.

5.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade da instituição não conseguir honrar seus compromissos no curto e no longo prazo pela incapacidade de negociar uma posição de ativos a preço de mercado, seja por se tratar de um volume elevado em relação ao volume normalmente transacionado, seja em razão de alguma descontinuidade do mercado, o que ocasionaria perdas significativas à instituição.

A instituição mantém na estrutura de gerenciamento de riscos e capital o controle absoluto do risco de liquidez ao qual está exposta. Através de uma gestão estruturada e que age com antecedência aos movimentos de mercado, adota medidas preventivas garantindo a manutenção de nível de liquidez suficiente para cobrir-se inclusive em cenários adversos.

No que tange à avaliação do risco de liquidez, a instituição demonstra aderência às normas divulgadas pelo Banco Central realizando o gerenciamento do fluxo de caixa diário através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas e despesas, e variáveis econômicas que possibilitam uma visão estratégica do comportamento dos ativos que impactam a liquidez do banco. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do nosso negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõe o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando as premissas de maior impacto, como: aumento na inadimplência (redução de recebimentos), aumento no custo de funding, e momentos de escassez de liquidez no mercado. Através destes cenários são identificados os riscos incorridos e definidas quais as linhas de contingência e estratégias serão acionadas. Essa decisão é tomada pelo ALCO, aprovada pelos membros e registrada em ata.

O Banco CSF S.A. é detentor de uma carteira de ativos composta por títulos públicos de alta qualidade e liquidez com a qual realiza a manutenção do fluxo de caixa diário, através de operações compromissadas, e dispõe de planos de contingência, que são registrados em política interna e submetidos à aprovação do Conselho de Administração. Preventivamente, a instituição mantém uma reserva diária de títulos públicos disponíveis como colchão de liquidez para possíveis obrigações inesperadas.

O report das posições relacionadas ao risco de liquidez é efetuado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) em cumprimento às exigências da Resolução n.º 4.090 de 24 de maio de 2012 do CMN e da Circular n.º 3.393 de 03 de junho de 2008 do Banco Central do Brasil.

5.2. Risco de Mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade dos preços dos ativos, passivos ou receitas variarem desfavoravelmente em decorrência de movimentos do mercado. Isso inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, às taxas de juros, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Atualmente o Banco CSF S.A atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o banco mantenha baixos seus níveis de exposição com relação a risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são negociadas exclusivamente na carteira banking.

A exposição da instituição ao risco de mercado está relacionada à negociação de instrumentos financeiros das atividades de banco de varejo, que envolvem risco de taxa de juros e investimentos em ativos que estão em outras moedas que não o Real, os quais envolvem taxa de câmbio. O monitoramento e acompanhamento da exposição são feitos através do VaR, cujo cálculo se dá através de forma sistêmica.

A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 95% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*) com a utilização de Lambda de 0,94.

Além do VaR, são estudados cenários de estresse elaborados considerando-se situações hipotéticas para as taxas de mercado, com análise de possíveis impactos nas posições ativa e passiva mantidas pela instituição.

O report das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de mercado (DRM) em cumprimento às exigências da Resolução n.º 3.464 de 26 de junho de 2007.

5.3. Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de

contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. A estrutura de gerenciamento de crédito está baseada na Resolução n.º 3.721 de abril de 2009 do Conselho Monetário Nacional.

Atualmente, o Banco CSF S.A. atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através do cartão Carrefour. Os principais riscos incorridos pela instituição estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, da classificação e *performance* de seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e lançadas à perda. A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes, e análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para uma melhor adequação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas, modelos e indicadores que são aprovados através de políticas internas da instituição.

A gestão do portfólio é realizada através de indicadores e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Também são realizadas ações sobre parte da carteira de crédito que inadimplente ou com tendência à inadimplência. A equipe de Cobrança participa de maneira estratégica e realiza ações voltadas à recuperação de operações em atraso.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à Alta Administração. No mínimo bimestralmente, são apresentados no ALCO indicadores como o saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), indicadores de *performance* de carteira e o cálculo da parcela de exposições sujeitas ao risco de crédito.

5.4. Gestão de Capital

Define-se como gestão de capital o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Conselho Monetário Nacional determinou através da Resolução n.º 3.988 de 30 de Junho de 2011 a implementação de uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das operações da instituição e com a complexidade de seus produtos e serviços oferecidos, e dimensão de sua exposição a riscos.

A responsabilidade por garantir a implementação, o acompanhamento, o monitoramento e a elaboração de políticas é da Diretoria de Riscos, Crédito e Cobrança & BI.

Para assegurar a efetiva gestão do capital da instituição, a estrutura está composta pelos seguintes elementos:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, e avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas) realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio.
- Comitê de Ativos e Passivos como órgão decisório;
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria e Conselho de Administração).

A instituição possui um plano de capital consistente cujo horizonte de tempo é de 3 anos. Este plano é atualizado anualmente e projeta o capital disponível e direciona a definição de metas, considerando o planejamento estratégico da instituição, as principais fontes de capital e um plano de Contingência de Capital para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica à cargo da Superintendência de Riscos, que reporta ao Comitê de Ativos e Passivos as informações do capital da Instituição bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima bimestral.

5.5. Risco Operacional

5.5.1 Estrutura e gerenciamento

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas efetivas ou estimadas, em função de ineficiência ou ausência de processos e/ou controles internos inadequados, falhas humanas, sistêmicas, ou ainda de perdas decorrentes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas). Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco CSF classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

- Fraude Interna;
- Fraude Externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas junto aos clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Danos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição.
- Falhas sistêmicas de Tecnologia da Informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

Em linha com a Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN as políticas e relatórios relacionados ao processo de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco CSF S.A são aprovados/revisados anualmente pela Diretoria de Riscos, Crédito, Cobrança & BI e pelo Conselho de Administração.

A área de Risco Operacional, estruturada na Superintendência de Riscos, é responsável por implementar as políticas e procedimentos, relacionados ao processo de Gerenciamento de Riscos Operacionais do Banco CSF S.A.

A política de Risco Operacional do Banco CSF tem por objetivo estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais da instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, avaliar, controlar, monitorar, e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central).

Seguindo os princípios de boas práticas determinados pelo Banco Central do Brasil, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco CSF se estrutura em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente. As linhas de defesa do Banco CSF estão estruturadas da seguinte forma:

- 1ª Linha: Áreas de Negócio e Suporte;

- 2ª Linha: Risco Operacional, Controles Internos e Segurança da Informação; e
- 3ª Linha: Auditoria Interna

Entre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional utilizadas no Banco CSF S.A, ressaltamos o mapeamento de riscos e controles, os indicadores de riscos relevantes (KRI), o “Risk & Control self Assessment (RCSA)” e a base de perdas operacionais, que asseguram gerenciamento eficaz dos riscos operacionais incorridos pela instituição.

O Comitê de Compliance e Risco Operacional foi constituído para, em conjunto com o Conselho de Administração, fortalecer a estrutura de governança interna no processo de Gerenciamento do Risco Operacional da instituição, sendo responsável por auxiliar na fiscalização, nas definições e na comunicação dos resultados do processo de gerenciamento de risco e do ambiente de controle para a Alta Administração .

A disseminação da cultura de Gerenciamento de Risco Operacional é efetuada através de treinamentos periódicos bem como através de nomeação e formação dos Agentes de Compliance e Risco Operacional em cada área de negócio do Banco CSF S.A. Essas nomeações são importantes para ressaltar a relevância do papel de cada um no processo de Gerenciamento de Risco, garantir a transparência e o entendimento do tema na estrutura do Banco.

Em atendimento ao disposto pela Circular n.º 3.640/2013 do Banco Central do Brasil o Conselho de Administração do Banco CSF S.A. optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do Capital Regulatório para Risco Operacional.

5.5.2 Gestão de Continuidade de Negócios

O Programa de Gestão de Continuidade de Negócios do Banco CSF S.A tem por objetivo auxiliar a administração a reduzir a exposição aos riscos de perdas financeiras e impactos negativos de imagem no mercado. Com o intuito de prover habilidades para recuperar e restaurar as suas operações e serviços críticos de negócio em situações de interrupção dos processos de negócio ocasionado por indisponibilidade da infraestrutura predial, tecnológica ou de fornecedores críticos. O programa prevê as seguintes análises para realocação e/ou recuperação de operações:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação das dependências externas e internas dos processos de negócio, na visão de serviços de negócio. Análise do impacto financeiro, de imagem e legal em relação aos tempos de parada, priorização dos processos por TMI (tempo máximo de indisponibilidade) e definição dos recursos necessários em contingência por área/processo de negócio.
- Análise de riscos e cenários de contingência (RIA): avaliação dos cenários de riscos com orientação às estratégias de recuperação. Com identificação dos aspectos relacionados à continuidade dos negócios, segurança física, dependência de terceiros, dependência de colaboradores e sistemas. Contendo detalhamento dos riscos, considerando as ameaças potenciais e respectivos graus de vulnerabilidade.

Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, foram elaborados os seguintes procedimentos:

- Planos de Continuidade de Negócios (PCN) e Planos de Continuidade de TI (PCTI): contém parâmetros de acionamento, definição de comitê, papéis e responsabilidades e árvore de acionamento.
- Plano de Gestão de Incidentes (PGI): contém parâmetros de acionamento, definição de comitê, papéis e responsabilidades e árvores de acionamento dos PCNs e PCTIs.
- Plano de Gestão de Crises (PGC): suporta o acionamento da Alta Administração para definição de tratativas de Gestão de Crises.

Todos os planos são mantidos à disposição de todos os funcionários para utilização em eventuais incidentes, possibilitando a retomada das atividades críticas em prazos e condições aceitáveis.

O resumo das informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco CSF S.A podem ser consultadas no site www.carrefoursolucoes.com.br, na página de Governança Corporativa, no Relatório de Acesso Público – Risco Operacional.

6. METODOLOGIA PARA AVALIAR A SUFICIÊNCIA DO CAPITAL

Em constante busca para garantir sua solvência e crescimento sustentável o Banco CSF S.A. adequou-se às novas normas de Basileia III. A suficiência do Capital, do Nível I e do Patrimônio de Referência para suportar os riscos aos qual a instituição está exposta é apurada através do RWA (Ativos Ponderados pelos Riscos) frente ao total do Capital da instituição, resultando no Índice de Basileia. Mensalmente, a área de Riscos de Liquidez, Mercado, Crédito e Gestão de Capital calcula e analisa este índice, utilizando os fatores de ponderação determinados pelos normativos (Circular 3.644 / Resolução 4.192 e 4.193), e apresenta ao Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para discussão e, se necessário, tomadas de ações com o intuito de mitigar a insuficiência de capital.

7. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência é apurado de acordo com as definições implícitas na Resolução n.º 4.192, onde:

$$PR = \text{Nível I} + \text{Nível II, onde:}$$
$$\text{Nível I} = \text{Capital Principal} + \text{Capital Complementar}$$

De acordo com a estrutura do Banco CSF S.A. o Nível I é composto pela sensibilização das contas contábeis que abrangem:

$$\text{Nível I} = \text{Patrimônio Líquido} + \text{saldo das contas credoras} + (\text{saldo das contas devedoras}) + \text{ajuste de marcação ao mercado.}$$

Para o nível II temos,

$$\text{Nível II} = \text{Não se aplica}$$

$$\text{Capital Complementar} = \text{Não se aplica}$$

São considerados ainda para a apuração do Patrimônio de Referência deduções legais dos ajustes prudenciais relacionados a créditos tributários e intangíveis de acordo com os percentuais definidos em regulamentação específica. (vide anexo 1 ao final do relatório)

8. RWA – ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO

Em outubro de 2013, Basileia III instaurou através da Resolução n.º 4.193 a metodologia de apuração de riscos RWA - *Risk Weighted Assets*. O Banco CSF S.A. demonstra plena aderência, e faz uso desse modelo para adequar-se às boas práticas internacionais. O cálculo do RWA é realizado com periodicidade mensal pela área de gerenciamento de riscos

e capital, com o intuito de analisar se o grau de exposição e o índice de Basileia estão em níveis considerados satisfatórios. Esse número é apresentado no ALCO, oportunidade em que são discutidas ações e estratégias caso haja a necessidade.

O total do RWA se dá pela equação:

$$RWA = \underbrace{RWACPAD}_{\text{Risco de Crédito}} + \underbrace{RWAOPAD}_{\text{Risco Operacional}} + \underbrace{RWAMPAD}_{\text{Risco de Mercado}}$$

9. ÍNDICES E LIMITES

Através do quadro abaixo constatamos a estrutura adequada ao Banco CSF S.A. para apurar o Índice de Basileia, bem como as parcelas de exposição para o risco de Crédito, divulgados de acordo com o fator de ponderação, riscos de Mercado e Operacional divulgados em sua totalidade.

Índice Basileia III		
FPR - Fator de Ponderação	jun/15	jun/14
20%	694	406
75%	3.170.095	2.392.801
100%	383.374	632.899
250%	181.666	368.947
RWA_{CPAD} - Risco de Crédito	3.735.828	3.395.052
RWA_{MPAD} - Risco de Mercado	9.107	5.425
RWA_{OPAD} - Risco Operacional	158.533	132.590
Total	3.903.468	3.533.068
Nível I	1.353.012	1.005.563
Capital Principal	1.353.012	1.005.563
Capital Complementar	-	-
Nível II	-	-
Ajuste Prudencial	(9.789)	(17.503)
Total	1.343.223	988.060
<u>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</u>	<u>429.382</u>	<u>388.637</u>
<u>Excesso de Capital em relação ao PR Mínimo Requerido</u>	<u>913.841</u>	<u>599.422</u>
Índice de Basileia	34,4%	28,0%

Em comparação ao primeiro semestre de 2014, o índice de Basileia de jun/2015 teve um incremento de 6,4 pontos percentuais. Esse aumento se dá em decorrência principalmente do resultado apurado para o período, onde tivemos um crescimento de 36% no Capital Principal no comparativo ano contra ano.

Com relação às parcelas de riscos, 95% do RWA está concentrado na parcela de risco de crédito, que é o principal foco do Banco CSF S.A e que apresentou um aumento de 10% entre Jun/2015 e Jun/2014. Esse aumento se deu em função principalmente do crescimento da carteira de crédito, que foi de 21,6% e da variação dos demais ativos.

Conforme definido em política interna, o índice de Basileia utilizado pelo Banco CSF S.A. não pode ser inferior a 150% do índice mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (11,0%), ou seja, não poderá ser inferior a 16%. Em Jun/2015, o índice foi de 34,4%, em conformidade com a política interna.

10. RISCO DE CRÉDITO COM A CONTRAPARTE

Risco de contraparte é a possibilidade de uma das partes não honrar com os compromissos assumidos. No Banco CSF S/A, o apetite ao risco estabelecido pela Alta Administração, e a política conservadora para operações financeiras permitem que a instituição mantenha seu Risco de Crédito com a Contraparte relativamente baixo. E para mitigar ainda mais esse risco, foram estabelecidas algumas premissas para definir quais as instituições elegíveis a operar com o Banco CSF S.A. Dentre elas, podemos citar: instituições com alto nível de qualidade de crédito e valor mínimo de Patrimônio de Referência e possuir rating conceituado pelas principais agências de risco. As instituições que se enquadram nos critérios estabelecidos, passam por avaliação e aprovação do ALCO.

Esporadicamente, a instituição realiza aplicações com vencimentos curtos com o propósito de ajuste de caixa diário. Tais aplicações expõem a instituição à possibilidade de perdas e ao não cumprimento de obrigações financeiras pela contraparte. No entanto, essas aplicações em sua grande maioria são lastreadas com títulos públicos da contraparte, mitigando assim o grau de exposição da instituição.

Posição da carteira de títulos públicos – data base 30/06/2015:

Posição Carteira Banking				
Classificação	Vencimento carteira	Quant. Títulos	Saldo de Operações	
LFT - Disponível	01/03/2019	4.800	R\$	33.151.566
LFT - Disponível	01/09/2020	9.984	R\$	69.810.125
LFT - Financiada	01/09/2020	13.016	R\$	88.833.574
Carteira Total		27.800	R\$	191.795.265

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO

A carteira de crédito do Banco CSF S.A. é composta integralmente por pessoas físicas adquirentes do Cartão Carrefour, e divide-se, basicamente, em empréstimos e financiamentos. A exposição é concentrada apenas no Brasil, já que os clientes poderão ser apenas os brasileiros natos ou estrangeiros com visto definitivo de permanência no país.

A exposição ao risco de crédito está relacionada ao segmento econômico varejo do Banco CSF S.A.

Comparando o saldo da carteira de Jun/2014 à Jun/2015 constatamos um crescimento de 21,6% na relação ano contra ano.

CARTEIRA TOTAL

	jun/14	abr/15	mai/15	jun/15
Carteira de Crédito	3.600.423	4.180.582	4.139.148	4.379.773

Valores em R\$ milhares

O quadro abaixo traz o total de exposições relativas ao 2º trimestre de 2015 por região geográfica, bem como a média para o período.

EXPOSIÇÃO MÉDIA E TOTAL POR REGIÃO GEOGRÁFICA

Segmento: Varejo FPR - 75%		abr/15		mai/15		jun/15		jun/14	
Região	Saldo Carteira	Saldo ponderado	Saldo Carteira	Saldo ponderado	Saldo Carteira	Saldo ponderado	Saldo Carteira	Saldo ponderado	
Sudeste	2.907.247	2.180.436	2.956.015	2.217.011	2.997.250	2.247.937	2.464.575	1.848.431	
Sul	388.511	291.383	394.518	295.888	402.397	301.798	315.893	236.920	
Nordeste	451.668	338.751	459.160	344.370	468.724	351.543	381.793	286.345	
Centro-Oeste	367.734	275.800	372.392	279.294	375.720	281.790	319.828	239.871	
Norte	133.621	100.216	134.584	100.938	135.682	101.762	118.334	88.751	
Total	4.248.782	3.186.586	4.316.669	3.237.502	4.379.773	3.284.830	3.600.423	2.700.318	
Média saldo trimestral	4.315.075								
Média saldo trimestral ponderado	3.236.306								

Valores em R\$ milhares

Geograficamente, há uma concentração de crédito na região sudeste do Brasil. No entanto, a instituição busca oferecer produtos e serviços financeiros para os mais diversos perfis de clientes, e em decorrência dessa diversificação do portfólio, o risco é mitigado naturalmente.

De todo o modo, a instituição está constantemente investindo no desenvolvimento de modelos que sejam capazes de identificar concentrações, e grupos voláteis inclusive relacionados a regiões geográficas considerando o perfil de utilização de crédito. Através desses modelos é possível desenvolver no curto e longo prazo estratégias e ações capazes de mitigar o risco de concentração.

11.1 Carteira por faixa de risco de inadimplência

Analisando a carteira de crédito por faixa de risco de inadimplência na tabela abaixo, constatamos que no primeiro trimestre de 2015 o percentual de clientes **adimplentes** foi de 77,8%, apresentando um decréscimo de 1,9 p.p com relação ao primeiro semestre de 2014, onde o percentual representava 79,7%.

O percentual de inadimplência medida pelo saldo observada em 30/06/2015 foi de 22,2% ante 20,3% apurado no mesmo período do ano anterior.

Comparando apenas a linha de inadimplentes, tivemos um aumento de 32,9% com relação ao saldo entre os semestres analisados. Essa variação já era esperada em decorrência da deterioração do cenário econômico, onde tivemos aumento na inadimplência do mercado, no desemprego e na inflação. Diante desse cenário o Banco CSF S.A adota ações preventivas atuando diretamente nas safras que apresentam mais probabilidade de tornar-se inadimplente.

CARTEIRA POR FAIXA DE RISCO DE INADIMPLÊNCIA

Classificação	Risco	Saldo da carteira				% Com relação ao total da carteira				Variação
		abr/15	mai/15	jun/15	jun/14	abr/15	mai/15	jun/15	jun/14	
Adimplentes (Atraso < 6 dias)	Baixíssimo	1.034.643	1.036.494	1.042.492	889.386	24,4%	24,0%	23,8%	24,7%	17,2%
	Baixo	687.759	697.750	706.459	592.839	16,2%	16,2%	16,1%	16,5%	19,2%
	Médio	979.552	980.735	1.012.221	844.153	23,1%	22,7%	23,1%	23,4%	19,9%
	Alto	119.622	120.255	126.867	105.459	2,8%	2,8%	2,9%	2,9%	20,3%
	Altíssimo	90.572	92.046	97.699	87.027	2,1%	2,1%	2,2%	2,4%	12,3%
Inelegível	399.051	401.950	423.490	351.366	9,4%	9,3%	9,7%	9,8%	20,5%	
Inadimplente	Todos	937.583	987.440	970.547	730.166	22,1%	22,9%	22,2%	20,3%	32,9%
Carteira Total		4.248.783	4.316.669	4.379.773	3.600.397	100%	100%	100%	100%	

Valores em R\$ milhares

11.2 Volume das 10 e 100 maiores exposições

O volume das 10 e 100 maiores exposições para o segundo trimestre de 2015 permanece em patamares considerados satisfatórios para a instituição, uma vez que o percentual de representatividade deste público com relação ao saldo da carteira total não apresentou crescimento em comparação ao trimestre anterior.

Na tabela abaixo, demonstramos os saldos, bem como os percentuais de participação com relação ao saldo da carteira referente ao segundo trimestre de 2014 e o segundo trimestre de 2015.

% DAS DEZ E DAS CEM MAIORES EXPOSIÇÕES EM RELAÇÃO A CARTEIRA DE CRÉDITO

	jun/15	%	jun/14	%
10 maiores exposições	523	0,01%	528	0,01%
100 maiores exposições	3.857	0,09%	2.833	0,08%
Total da Carteira com Característica de	4.379.773	100%	3.600.397	100%

Valores em R\$ milhares

11.3 Prazo a decorrer da carteira de crédito

O saldo das operações com vencimentos até 06 meses representam 83% do saldo da carteira, e no segundo trimestre de 2015 apresentou um aumento de 23% com relação ao trimestre anterior em decorrência do aumento da carteira e das vendas na modalidade Rotativo. Os saldos acima de 06 meses até 1 ano e de 1 a 5 anos também apresentaram um crescimento de 14,4% e 20,1% respectivamente com relação ao trimestre anterior sinalizando um leve e esperado aumento nas demais faixas de atraso.

Na tabela abaixo, demonstramos os saldos por prazos de vencimento, bem como a variação trimestral.

PRAZO A DECORRER DAS OPERAÇÕES

Prazos	abr/15	mai/15	jun/15	jun/14	Variação %
Até 06 meses	3.521.216	3.576.855	3.627.496	2.946.931	23,1%
Acima de 6 meses até 1 ano	642.557	647.117	651.813	569.815	14,4%
Acima de 1 ano até 5 anos	85.009	92.697	100.465	83.651	20,1%
Acima de 5 anos	-	-	-	-	-

Valores em R\$ milhares

11.4 Saldo das operações em atraso

A soma do total das operações em atraso nas faixas demonstradas no quadro abaixo representam 20% do total da carteira de crédito data base 30/06/2015, apresentando um crescimento de 13% com relação ao saldo apurado para a mesma data no ano de 2014.

SALDO DAS OPERAÇÕES EM ATRASO

Data base 30/06/2015

Faixa de Atraso	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total	jun/14	Varição
Entre 15 e 60 dias	174.935	25.761	28.024	20.476	7.381	256.576	209.133	23%
Entre 61 e 90 dias	73.829	10.268	11.290	7.806	3.127	106.319	107.343	-1%
Entre 91 e 180 dias	161.164	21.969	24.559	15.385	6.619	229.695	210.554	9%
Entre 181 e 360 dias	195.723	26.115	31.248	20.121	8.065	281.272	246.017	14%
Acima de 360 dias	1.563	252	410	181	167	2.573	2.340	10%
Total	607.215	84.365	95.530	63.969	25.357	876.436	775.386	13,0%

Valores em R\$ milhares

11.5 Saldo das operações baixadas para prejuízo

O saldo das operações baixadas para prejuízo no segundo trimestre de 2015 representam 1,04% comparado com o total da carteira de 30/06/2015. Constatamos um aumento de 31,7% no saldo das operações baixadas com relação ao segundo trimestre de 2014.

OPERAÇÕES BAIXADAS PARA PREJUÍZO

Sector enômico: Serviços Segmento: Varejo	abr/15	mai/15	jun/15	jun/14	Varição %
Saldo operações baixadas	44.424	40.374	45.762	34.754	31,7%

Valores em R\$ milhares

11.6 Provisão para Perdas

O montante de provisões para perdas no primeiro trimestre do ano de 2015 está detalhado no quadro abaixo:

PROVISÕES PARA PERDAS DA CARTEIRA DE CREDITO

Sector enômico: Serviços Segmento: Varejo	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jun/14
Saldo Provisão de Perdas	485.471	494.158	510.564	526.695	409.996
Varição		Abr x Mar	Mai x Abr	Jun x Mai	Jun/15 x Jun/14
		8.687	16.406	16.131	116.699
Total Varição Trimestre	41.224				

Valores em R\$ milhares

O saldo de provisão de perdas em jun/2015 cresceu 28,5% com relação à jun/2014. O crescimento para o estoque de provisão de perdas esta condizente com o crescimento da carteira.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) considera no reporte mensal ao Banco Central do Brasil os critérios definidos na Resolução CMN n.º 2.682/99. Por outro lado, o Banco CSF S.A também elabora a PCLD, que considera o histórico de perdas e se assemelha às regras estabelecidas pelo padrão internacional IFRS. Quando esta última é maior do que a PCLD base 2.682, o valor adicional entre os dois critérios também é reportado e alocado de acordo com a faixa de vencimento ajustado.

12. EXPECTATIVAS ECONÔMICAS

A economia brasileira, durante o primeiro semestre de 2015 demonstrou forte deterioração. As principais causas foram: a alta da inflação, impactada principalmente pela correção dos preços administrados, o desajuste das contas públicas pior que o esperado, a restrição ao crédito pela alta de juros e pela capacidade limitada de endividamento adicional, o aumento do desemprego e além desses fatores a crise política que agrava os obstáculos.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fechou o primeiro semestre de 2015 em 6,17%, taxa superior aos 3,75% registrado no mesmo período do ano passado.

O Comitê de Política Monetária (COPOM), manteve sua política de combate a inflação persistente, e elevou a taxa básica de juros básica (SELIC) dos 11,75% no início de 2015 para 13,75% ao término do primeiro semestre.

No comércio varejista, que influencia diretamente as atividades do Banco CSF, o volume de vendas acumulado do ano (até maio) registrou uma retração de 2,00% e crescimento da receita nominal em 4,10%

A taxa média de desemprego, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou no mês de junho taxa de 6,90%, um aumento de 2,1 pontos percentuais em relação a junho do ano passado quando registrou 4,8%.

No cenário global, a economia tem dado sinais mistos de recuperação. Na China a perspectiva é de abrandamento no crescimento, com resultados inferiores aos últimos anos. Em mercados emergentes deve haver uma desaceleração do crescimento fundamentalmente impactada pela queda no preço de commodities e condições mais apertadas de financiamento externo. Na zona do Euro e Japão as perspectivas de crescimento são muito baixas, e há uma crescente preocupação com a situação da Grécia, que mesmo com o acordo, ainda preocupa os outros países da zona do Euro. Já nos EUA, os dados econômicos positivos demonstram reação, com crescimento mais sustentável e uma possível elevação de juros por parte do FED.

No Brasil, analistas do mercado financeiro e economistas projetam taxa SELIC final a 14,25%, inflação de 9,00%, cotação do dólar em R\$ 3,20 no final do período e uma retração de 2,00% no PIB de 2015.

O Banco CSF S.A tem mostrado plena sintonia com o desenvolvimento econômico do Brasil e continuará envidando elevados esforços para o aproveitamento das melhores oportunidades de negócios, com observância de seu posicionamento estratégico.

Anexo I

Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR		30/06/2015		
		Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
Capital Principal: instrumentos e reservas				
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	560.000	-	-
2	Reservas de lucros	554.303	-	-
3	Outras receitas e outras reservas	238.708	-	-
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal ¹	-	-	-
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	1.353.012	-	-
Capital Principal: ajustes prudenciais				
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-	-	-
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	-	-
9	Ativos intangíveis	-	-	-
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998 ²	-	-	-
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados	-	-	-
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	-
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	-	-
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	-
19	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	-
20	<i>Mortgage servicing rights</i>			
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	-
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	-	-
23	do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de	-	-	-
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	-	-
26	Ajustes regulatórios nacionais	9.789	-	-
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	-	-
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-	-
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-	-	-
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	-	-
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-	-
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	-	-
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	9.789	-	-
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-	-
26.i	Destaque do PR	-	-	-
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	-	-
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-	-
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	9.789	-	-
29	Capital Principal	1.343.223	-	-

	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
Capital Complementar: instrumentos			
30 Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	-	-
31 dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	-	-
32 dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	-	-
33 Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
34 Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar ³	-	-	-
35 dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
36 Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-	-	-
Capital Complementar: deduções regulatórias			
37 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
38 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar	-	-	-
39 Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-	-	-
40 Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-	-	-
41 Ajustes regulatórios nacionais	-	-	-
41.a Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, considerando o montante inferior a 10% do valor do Capital Complementar	-	-	-
41.b Participação de não controladores no Capital Complementar	-	-	-
41.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins	-	-	-
42 Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir	-	-	-
43 Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	-	-
44 Capital Complementar	-	-	-
45 Nível I	1.343.223	-	-
Nível II: instrumentos			
46 Instrumentos elegíveis ao Nível II	-	-	-
47 Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 ⁴	-	-	-
48 Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II ³	-	-	-
49 dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
50 Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-	-
51 Nível II antes das deduções regulatórias	-	-	-
Nível II: deduções regulatórias			
52 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
53 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II	-	-	-
54 Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital de Nível II	-	-	-
55 Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	-
56 Ajustes regulatórios nacionais	-	-	-
56.a Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012	-	-	-
56.b Participação de não controladores no Nível II	-	-	-
56.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	-	-
57 Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	-	-

58	Nível II	-	-	-
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	1.343.223	-	-
60	Total de ativos ponderados pelo risco	3.903.468	-	-
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal				
61	Índice de Capital Principal (ICP)	34,4%		
62	Índice de Nível I (IN1)	34,4%		
63	Índice de Basileia (IB)	34,4%		
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	5,5%		
65	do qual: adicional para conservação de capital	0,6%		
66	do qual: adicional contracíclico	-		
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)			
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)			
Mínimos Nacionais				
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III			
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III			
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III			
Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)				
Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar				
72		-		-
Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar				
73		-		-
74	<i>Mortgage servicing rights</i>			
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal ²	181.666		-
Limites à inclusão de provisões no Nível II				
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada			
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada			
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-		
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)				
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite			
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	-	-
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 ⁴	-	-	-
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite ⁴	-	-	-

Não há registros para o anexo II.